

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Sul S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023..... | 2 |
| Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias | 8 |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS..... | 12 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS..... | 14 |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES | 15 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 16 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA | 17 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS | 18 |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL | 18 |
| 2. BASE DE PREPARAÇÃO | 19 |
| 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 21 |
| 4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS | 22 |
| 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES..... | 23 |
| 6. IMOBILIZADO | 23 |
| 7. INTANGÍVEL | 25 |
| 8. FORNECEDORES | 25 |
| 9. TRIBUTOS | 26 |
| 10. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS..... | 26 |
| 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 27 |
| 12. RECEITA..... | 29 |
| 13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS..... | 29 |
| 14. CUSTOS GERENCIÁVEIS | 30 |
| 15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | 30 |
| 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL..... | 31 |
| 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 32 |
| 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS..... | 34 |
| 19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO | 37 |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO SUL

A Cemig Geração Sul S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 8 de junho de 2016.

Capacidade instalada

| Central Gerada | Capacidade instalada (MW) |
|-----------------------|---------------------------|
| PCH PIAU | 18,01 |
| PCH CORONEL DOMICIANO | 5,04 |
| PCH MARMELOS | 4,00 |
| PCH JOASAL | 8,40 |
| PCH PACIÊNCIA | 4,08 |

A Cemig Geração Sul S.A. possui, em operação, 5 usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 39,532 MW (não auditado).

Parque gerador - Características físicas:

| Usina | Potência Total (MW) (Não auditado) | Garantia Física Total (Não auditado) | Tipo de Usina | Início de Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
|-----------------------|------------------------------------|--------------------------------------|---------------|------------------------------|-----------------------|
| PCH PIAU | 18,01 | 13,53 | PCH | 1955 | 03/01/2053 |
| PCH CORONEL DOMICIANO | 5,04 | 3,26 | PCH | 1994 | 11/04/2047 |
| PCH MARMELOS | 4,00 | 2,74 | PCH | 1915 | 03/01/2053 |
| PCH JOASAL | 8,40 | 5,20 | PCH | 1950 | 03/01/2053 |
| PCH PACIÊNCIA | 4,08 | 2,36 | PCH | 1930 | 03/01/2053 |

Garantia física realizada e esperada (Não auditado):

| Usina | 2022 Realizado | 2023 Realizado | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
|-----------------------|----------------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PCH PIAU | 13,53 | 13,53 | 13,53 | 13,53 | 13,53 | 13,53 | 13,53 |
| PCH CORONEL DOMICIANO | 3,59 | 3,59 | 3,59 | 3,59 | 3,59 | 3,59 | 3,59 |
| PCH MARMELOS | 2,74 | 2,74 | 2,74 | 2,74 | 2,74 | 2,74 | 2,74 |
| PCH JOASAL | 5,2 | 5,2 | 5,2 | 5,2 | 5,2 | 5,2 | 5,2 |
| PCH PACIÊNCIA | 2,36 | 2,36 | 2,36 | 2,36 | 2,36 | 2,36 | 2,36 |

Modelo de Negócio e Condições no ACR:

| Usina | Modelo de Negócio em 31/12/2023 | Preço no ACR em 01/01/2023 | Data e índice de reajuste no ACR |
|-----------------------|--|-----------------------------------|---|
| Integral | | | |
| PCH PIAU | Contas Garantia Física + Mercado livre | RAG de R\$20.205 mil | (1) |
| PCH CORONEL DOMICIANO | Contas Garantia Física + Mercado livre | RAG de R\$7.573 mil | (1) |
| PCH MARMELOS | Contas Garantia Física + Mercado livre | RAG de R\$5.263 mil | (1) |
| PCH JOASAL | Contas Garantia Física + Mercado livre | RAG de R\$9.384 mil | (1) |
| PCH PACIÊNCIA | Contas Garantia Física + Mercado livre | RAG de R\$5.349 mil | (1) |

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$148.147 mil, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$29.401 mil em 2023, em comparação ao resultado regulatório de R\$25.991 mil em 2022, um aumento de 13,12%.

Receita

A Cemig Geração Sul S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 - ME - PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Sul S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração - RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada. A receita reconhecida em 2023 foi de R\$60.295 mil, em comparação a R\$53.719 mil em 2022.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$26.645 mil em 2023 (23.911 mil em 2022), dos quais R\$6.095 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$4.920 mil em 2022) e R\$20.550 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$18.991 mil em 2022).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.298 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado societário de R\$43.532 mil antes dos efeitos fiscais, representando 7,57% de alíquota efetiva. Comparativamente, no mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.817 mil, em relação ao resultado societário de R\$44.738 mil antes dos efeitos fiscais, representando 8,53% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$34.081 mil, comparativamente a R\$30.455 mil em 2022. A margem do LAJIDA foi de 61,72% em 2023 e 60,83% em 2022, conforme demonstrado a seguir:

| | 2023 | 2022 | Var. % |
|------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Resultado regulatório | 29.401 | 25.991 | 13,12 |
| Despesa com IR e CS | 3.296 | 3.817 | (13,65) |
| Resultado financeiro | (4.127) | (3.656) | 12,88 |
| Amortização e depreciação | 5.511 | 4.303 | 28,07 |
| LAJIDA | 34.081 | 30.455 | 11,91 |

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

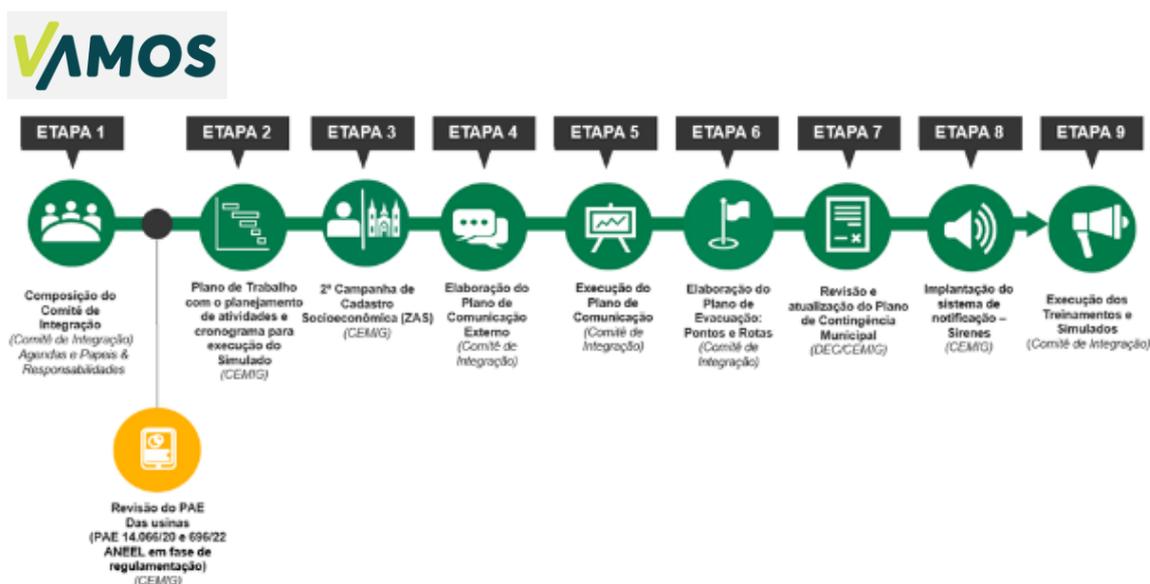
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de

Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros).

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$40.235 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.012 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.112 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$19.111 mil para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Sul é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Geração Sul S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Sul S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Sul S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de abril de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

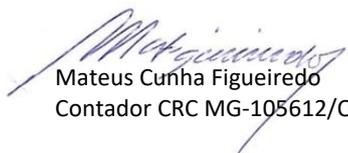
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

| | Nota | 2023 | 2022 |
|--------------------------------|------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 5.380 | 6.351 |
| Investimentos temporários | 4 | 11.474 | 36.791 |
| Consumidores e revendedores | 5 | 5.501 | 5.255 |
| Serviços em curso | | - | 747 |
| Tributos compensáveis | | 319 | 184 |
| Outros ativos | | 25 | 32 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 22.699 | 49.360 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Investimentos temporários | 4 | - | 139 |
| Tributos compensáveis | | 494 | 843 |
| Imobilizado | 6 | 52.591 | 33.767 |
| Intangível | 7 | 109.869 | 114.808 |
| Direito de uso | | 352 | 91 |
| Outros ativos | | 148 | 85 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 163.454 | 149.733 |
| ATIVO TOTAL | | 186.153 | 199.093 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

| | Nota | 2023 | 2022 |
|--|------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 9 | 7.624 | 7.713 |
| Encargos setoriais | | 767 | 1.268 |
| Impostos, taxas e contribuições | 10a | 1.598 | 1.311 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 10b | 446 | 506 |
| Dividendos a pagar | 12 | 28.830 | 19.438 |
| Convênio de compartilhamento | 18 | 578 | 576 |
| Passivo de arrendamento | | 96 | 20 |
| Outros passivos circulantes | | 2 | 4 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 39.941 | 30.836 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Encargos setoriais | | 289 | 325 |
| Impostos, taxas e contribuições | 10a | 1.521 | 1.281 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10b | 1.409 | 1.410 |
| Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | 11 | 19 | 14.841 |
| Passivo de arrendamento | | 274 | 78 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 3.512 | 17.935 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 43.453 | 48.771 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | 12 | | |
| Capital social | | 148.147 | 148.147 |
| Reservas de lucros | | - | 2.175 |
| Prejuízos acumulados | | (5.447) | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 142.700 | 150.322 |
| PASSIVO TOTAL | | 186.153 | 199.093 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| RECEITA BRUTA | 13a | 60.295 | 53.719 |
| Fornecimento industrial | | 8.193 | - |
| Fornecimento não faturado - Industrial | | 366 | - |
| Transações com energia na CCEE | | 328 | 2.566 |
| Suprimento Cotas - Geração própria | | 36.538 | 48.107 |
| Suprimento comercial - Geração própria | | 565 | 2.788 |
| Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria | | - | 477 |
| Suprimento não faturado - Geração própria | | (413) | (219) |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | 14.718 | - |
| TRIBUTOS | 13b | (3.822) | (2.488) |
| PIS/Pasep | | (437) | (420) |
| Cofins | | (1.794) | (1.940) |
| ICMS | | (1.591) | (128) |
| ENCARGOS | 13b | (1.258) | (1.168) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (140) | (172) |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | | (186) | (200) |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | | (93) | (100) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | | (102) | (7) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | (691) | (660) |
| CDE sobre P&D | | (46) | (29) |
| RECEITA LÍQUIDA | 13 | 55.215 | 50.063 |
| CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS | 14 | (6.095) | (4.920) |
| Encargos de uso da rede de distribuição | | (5.394) | (4.720) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (701) | (200) |
| RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS | | 49.120 | 45.143 |
| CUSTOS GERENCIÁVEIS | | (20.550) | (18.991) |
| Pessoal e administradores | 15a | (969) | (1.084) |
| Materiais | | (517) | (921) |
| Serviços de terceiros | 15b | (13.284) | (12.522) |
| Depreciação e amortização | | (5.436) | (4.214) |
| Amortização do direito de uso | | (75) | (89) |
| Aluguéis e arrendamentos | | (60) | - |
| Outros custos operacionais | | (209) | (161) |
| RESULTADO DA ATIVIDADE | | 28.570 | 26.152 |
| Resultado financeiro | 16 | 4.127 | 3.656 |
| Receitas financeiras | | 4.275 | 5.426 |
| Despesas financeiras | | (148) | (1.770) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 32.697 | 29.808 |
| Despesa com tributos sobre o lucro | 17 | (3.296) | (3.817) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 29.401 | 25.991 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 29.401 | 25.991 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 29.401 | 25.991 |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reservas de lucros | Prejuízos acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|----------------------|----------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 148.147 | - | (4.373) | 143.774 |
| Resultado do exercício | - | - | 25.991 | 25.991 |
| Outras mutações no Patrimônio Líquido: | | | | |
| Dividendos obrigatórios | - | - | (19.438) | (19.438) |
| Absorção de prejuízos regulatórios | - | (19.308) | 19.303 | (5) |
| Constituição de reservas: | | | | |
| Reserva legal | - | 2.046 | (2.046) | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | 19.437 | (19.437) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | 148.147 | 2.175 | - | 150.322 |
| Resultado do exercício | - | - | 29.401 | 29.401 |
| Aprovação de dividendos adicionais propostos | - | (17.911) | - | (17.911) |
| Outras mutações no Patrimônio Líquido: | | | | |
| Dividendos obrigatórios | - | - | (19.112) | (19.112) |
| Absorção de prejuízos regulatórios | - | - | - | - |
| Constituição de reservas: | | | | |
| Reserva legal | - | 2.012 | (2.012) | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | 13.724 | (13.724) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | 148.147 | - | (5.447) | 142.700 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

| | 2023 | 2022 |
|--|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Resultado do exercício | 29.401 | 25.991 |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação (Notas 6 e 7) | 5.436 | 4.214 |
| Amortização do direito de uso (Notas 6 e 7) | 75 | 89 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 3.296 | 3.817 |
| Juros passivo de arrendamento | 29 | 16 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 11) | (14.718) | - |
| Variações monetárias – Restituição a concessionárias | (105) | 1.630 |
| Juros e variações monetárias | (3.915) | (4.929) |
| | 19.499 | 30.828 |
| (Aumento) Redução de ativos | | |
| Consumidores e revendedores | (246) | 82 |
| Serviços em curso | 747 | 52 |
| Tributos compensáveis | (737) | (204) |
| Outros ativos | (392) | (69) |
| | (628) | (139) |
| (Redução) Aumento de passivos | | |
| Fornecedores | (89) | 5.583 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 527 | 1.165 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar | - | (964) |
| Encargos setoriais | (537) | 174 |
| Convênio de compartilhamento | 2 | 222 |
| Outros passivos circulantes | 409 | (61) |
| | 312 | 6.119 |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | 19.183 | 36.808 |
| Juros Recebidos | 3.581 | 3.192 |
| Imposto renda e contribuição social pagos | (2.405) | (1.915) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 20.359 | 38.085 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aplicações em Investimentos temporários | (32.130) | (46.615) |
| Resgates em investimentos temporários | 57.918 | 41.359 |
| No imobilizado e no intangível | (19.320) | (23.591) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 6.468 | (28.847) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Dividendos pagos | (27.629) | (4.000) |
| Arrendamentos pagos | (169) | (102) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (27.798) | (4.102) |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (971) | 5.136 |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3) | 6.351 | 1.215 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3) | 5.380 | 6.351 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Sul S.A (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.841/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau da Cemig GT para a Cemig Geração Sul S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 – MME e Contrato de Concessão nº 13/2016 – MME, ocorrida em 08 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Em 2023, cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os novos prazos das concessões da Companhia.

| Usina | Novo fim da concessão |
|-------------------|-----------------------|
| Coronel Domiciano | 04/2047 |
| Joasal | 01/2053 |
| Marmelos | 01/2053 |
| Paciencia | 01/2053 |
| Piau | 01/2053 |

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de abril de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 - Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Principais políticas contábeis regulatórias

As principais políticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço,

pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

2.6. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Contas bancárias | 53 | 46 |
| Aplicações financeiras | | |
| Certificados de Depósitos Bancários | 103 | 105 |
| Overnight | 5.224 | 6.200 |
| TOTAL | 5.380 | 6.351 |

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas** (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

| | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | |
| Certificado de Depósitos Bancários | 1.095 | 4.039 |
| Letras Financeiras - Bancos | 7.068 | 24.057 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 3.187 | 8.480 |
| Fundos vinculados | 6 | 4 |
| Debêntures | 118 | 211 |
| | 11.474 | 36.791 |
| Não circulante | | |
| Debêntures | - | 139 |
| | - | 139 |
| | 11.474 | 36.930 |

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro** (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

| Descrição | Valores correntes | | | | Valores Renegociados | | Total 2023 | Total 2022 |
|--|-------------------|-----------------|------------------|------------------|----------------------|-----------------|--------------|--------------|
| | Corrente a vencer | | Corrente vencida | | Renegociada a vencer | | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | Até 60 dias | Mais de 60 dias | | |
| Fornecimento de energia | 366 | - | - | - | 785 | - | 1.130 | 549 |
| Industrial | - | - | - | - | 785 | - | 785 | - |
| Fornecimento não faturado | 366 | - | - | - | - | - | 366 | 565 |
| (-) Arrecad. Processo Classif. | - | - | - | - | - | - | - | (16) |
| Suprimento energia – Moeda nacional | - | - | 7 | - | - | - | 7 | 437 |
| Suprimento/ Encargo rede não faturado | 4.343 | - | - | - | 785 | - | 4.343 | 4.269 |
| (-) Arrecad. Processo Classif. | (21) | - | - | - | - | - | (21) | - |
| TOTAL | 4.709 | - | 7 | - | 785 | - | 5.501 | 5.255 |

6. IMOBILIZADO

| Ativo Imobilizado - R\$ Mil | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 2023 | | | 2022 | | |
|-----------------------------|--|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| | | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | | | |
| Geração | | 13.198 | (1.202) | 11.996 | 9.263 | (721) | 8.542 |
| Custo histórico | 3,52 | 13.198 | (1.202) | 11.996 | 9.263 | (721) | 8.542 |
| Em curso | | | | | | | |
| Geração | | 40.595 | - | 40.595 | 25.225 | - | 25.225 |
| TOTAL AIS + AIC | | 53.793 | (1.202) | 52.591 | 34.488 | (721) | 33.767 |

A movimentação do imobilizado é como segue:

| Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil | Valor bruto em 31/12/2022 | Adição (A) | Transferências/ Capitalizações (c) | Valor bruto em 31/12/2023 | Adições líquidas = (A) + (C) | Deprec. acum. | Valor líquido em 31/12/2023 | Valor líquido em 31/12/2022 |
|---|---------------------------|------------|------------------------------------|---------------------------|------------------------------|----------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Geração | | | | | | | | |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 3.336 | - | - | 3.336 | - | (349) | 2.987 | 3.093 |
| Máquinas e equipamentos | 5.656 | - | 3.768 | 4.039 | 3.768 | (808) | 3.231 | 5.213 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 271 | - | 167 | 5.823 | 167 | (45) | 5.778 | 236 |
| Subtotal | 9.263 | - | 3.935 | 13.198 | 3.935 | (1.202) | 11.996 | 8.542 |

| Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil | Valor bruto em 31/12/2022 | Adição (A) | Transf./ Capit. (c) | Valor bruto em 31/12/2023 | Adições líquidas = (A) + (C) | Deprec. acum. | Valor líquido em 31/12/2023 | Valor líquido em 31/12/2022 |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------|---------------------|---------------------------|------------------------------|----------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Geração | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 4.839 | 2.634 | (3768) | 3.706 | (1.134) | - | 3.706 | 4.839 |
| Outros | 20.386 | 16.670 | (167) | 36.889 | 16.503 | - | 36.889 | 20.386 |
| Subtotal | 25.225 | 19.304 | (3935) | 40.595 | 15.369 | - | 40.595 | 25.225 |
| Total do ativo Imobilizado | 34.488 | 19.304 | - | 53.793 | 19.304 | (1.202) | 52.591 | 33.767 |

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

| Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil | Materiais/ equipamentos | Serviços de terceiros | Total |
|---|-------------------------|-----------------------|---------------|
| Reservatórios, barragens e adutoras | 908 | 1.138 | 2.046 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 156 | (159) | (3) |
| Máquinas e equipamentos | 494 | 2.140 | 2.634 |
| Outros | 9 | 14.618 | 14.627 |
| Total das adições | 1.567 | 17.737 | 19.304 |

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel por meio da Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual em 2023 foi de 3,52% (3,40% em 2022).

7. INTANGÍVEL

| Ativo Intangível - R\$ Mil | 2023 | | | 2022 | | |
|----------------------------------|-----------------|-----------------------|----------------|-----------------|-----------------------|----------------|
| | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | | |
| Geração | 144.712 | (34.963) | 109.749 | 144.712 | (30.008) | 114.704 |
| Bonificação pela outorga | 142.595 | (34.789) | 107.806 | 142.595 | (29.903) | 112.692 |
| Extensão da concessão | 2.107 | (166) | 1.941 | 2.107 | (99) | 2.008 |
| Outros | 10 | (8) | 2 | 10 | (6) | 4 |
| Em curso | 120 | - | 120 | 104 | - | 104 |
| Total do Ativo Intangível | 144.832 | (34.963) | 109.869 | 144.816 | (30.008) | 114.808 |

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

| Intangível – R\$ Mil | Valor bruto em 31/12/2022 | Adição | Valor bruto em 31/12/2023 | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2023 | Valor líquido em 31/12/2022 |
|----------------------------------|---------------------------|-----------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Em serviço | | | | | | |
| Geração | 144.712 | - | 144.712 | (34.963) | 109.749 | 114.704 |
| Bonificação pela outorga | 142.595 | - | 142.595 | (34.789) | 107.806 | 112.692 |
| Extensão da concessão | 2.107 | - | 2.107 | (166) | 1.941 | 2.008 |
| Outros | 10 | - | 10 | (8) | 2 | 4 |
| Em curso | 104 | 16 | 120 | - | 120 | 104 |
| Total do Ativo Intangível | 144.816 | 16 | 144.832 | (34.963) | 109.869 | 114.808 |

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

| Agente/Usina | Ativo intangível - Direito de extensão da outorga | Fim da concessão | Extensão em dias | Novo fim da concessão |
|--------------------------|---|------------------|------------------|-----------------------|
| Cemig Geração Sul | 2.107 | | | |
| Coronel Domício | 36 | 03/07/2046 | 282 | 11/04/2047 |
| Joasal | 450 | 05/01/2046 | 2.555 | 03/01/2053 |
| Marmelos | 239 | 05/01/2046 | 2.555 | 03/01/2053 |
| Paciência | 205 | 05/01/2046 | 2.555 | 03/01/2053 |
| Piau | 1.177 | 05/01/2046 | 2.555 | 03/01/2053 |

8. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações de natureza ambiental, no montante de R\$16 (R\$14 em 31 de dezembro de 2022) e de natureza tributária, no montante de R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2022), ambas com expectativa de perda são consideradas possíveis. Adicionalmente, em 2023 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da Companhia.

9. FORNECEDORES

| | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Suprimento e transporte de energia | 50 | - |
| Materiais e serviços | 7.074 | 7.490 |
| Encargos de uso da rede | 500 | 223 |
| TOTAL | 7.624 | 7.713 |

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Circulante | | |
| ICMS | 86 | - |
| Cofins | 95 | 136 |
| PIS/Pasep | 69 | 30 |
| INSS | 758 | 650 |
| ISSQN | 537 | 364 |
| Outros | 53 | 131 |
| | 1.598 | 1.311 |
| Não circulante | | |
| Cofins | 1.250 | 1.053 |
| PIS/Pasep | 271 | 228 |
| | 1.521 | 1.281 |
| TOTAL | 3.119 | 2.592 |

b) Imposto de renda e contribuição social

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Circulante | | |
| Imposto de renda a recolher | 220 | 216 |
| Contribuição social a recolher | 226 | 290 |
| | 446 | 506 |
| Não circulante | | |
| Imposto de renda diferidos | 929 | 975 |
| Contribuição social diferidos | 480 | 435 |
| | 1.409 | 1.410 |
| TOTAL | 1.855 | 1.916 |

11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 a 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos Pis/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo 3,65% a alíquota devida), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$12.652 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas –

UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, a Companhia efetuou a restituição às concessionárias por meio de uma redução nas faturas emitidas, o que gerou um faturamento subavaliado. A recomposição desse faturamento foi realizada em contrapartida à provisão que havia sido constituída. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$19 (R\$14.841 em 31 de dezembro de 2022).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$148.147, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

| Reservas de lucros | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|----------|--------------|
| Reserva legal | 14.432 | 12.420 |
| Reserva de retenção de lucros | 67.572 | 71.759 |
| Absorção de prejuízos regulatórios | (82.004) | (82.004) |
| | - | 2.175 |

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.012 de reserva legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro líquido societário do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.046 em 2022).

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Dividendos obrigatórios | | |
| Resultado societário do exercício | 40.235 | 40.921 |
| Reserva legal constituída | (2.012) | (2.046) |
| | 38.223 | 38.875 |
| Dividendo obrigatório | 19.112 | 19.438 |
| Retenção de lucros | 19.111 | 19.437 |
| Dividendos obrigatórios | 19.112 | 19.438 |
| Total dos dividendos | 19.112 | 19.438 |

Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$40.235 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.012 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.112 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$19.111 mil para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos adicionais assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Referente aos valores de dividendos mínimos obrigatórios do Lucro Líquido de 2022 não pagos integralmente em 2023, em 07/12/2023, ocorreu a AGE com aprovação do pagamento da metade do valor dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no ano de 2023, e postergação da data de pagamento da metade restante para até 31/12/24, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria, no valor de R\$9.719 mil.

a) Movimentação dos dividendos obrigatórios

| | |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 19.438 |
| Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022 | (9.718) |
| Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023 | 19.112 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 28.830 |

b) Pagamento dos dividendos

| | |
|--|---------------|
| Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022 | 9.718 |
| Pagamento de dividendos adicionais ref. 2021 | 17.911 |
| | 27.629 |

13. RECEITA

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Fornecimento Industrial | 8.193 | - |
| Fornecimento não faturado - Industrial | 366 | - |
| Transações com energia na CCEE | 328 | 2.566 |
| Suprimento cotas - Geração própria | 36.538 | 48.107 |
| Suprimento comercial - Geração própria | 565 | 2.788 |
| Suprimento não faturado/ cotas - Geração própria | - | 477 |
| Suprimento não faturado - Geração própria | (413) | (219) |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | 14.718 | - |
| Suprimento bruto de energia elétrica (a) | 60.295 | 53.719 |
| Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b) | (5.080) | (3.656) |
| | 55.215 | 50.063 |

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

| | Nº de consumidores (Não auditado) | | MWh (Não auditado) | | R\$ | |
|--|-----------------------------------|-----------|--------------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fornecimento industrial | 1 | - | 61.770 | - | 8.193 | - |
| Fornecimento não faturado | - | - | - | - | 366 | - |
| Suprimento faturado (1) | 77 | 70 | 153.136 | 173.486 | 37.103 | 50.895 |
| Suprimento não faturado | - | - | - | - | (413) | 258 |
| Energia elétrica de curto prazo | - | - | - | - | 328 | 2.566 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | - | - | - | - | 14.718 | - |
| Total | 78 | 70 | 214.906 | 173.486 | 60.295 | 53.719 |

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

(b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------|--------------|
| Tributos sobre a receita | | |
| ICMS | 1.591 | 128 |
| Cofins | 1.794 | 1.940 |
| PIS/Pasep | 437 | 420 |
| | 3.822 | 2.488 |
| Encargos do consumidor | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 140 | 172 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | 186 | 200 |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | 93 | 100 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | 102 | 7 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | 691 | 660 |
| CDE sobre P&D | 46 | 29 |
| | 1.258 | 1.168 |
| Total | 5.080 | 3.656 |

14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------|--------------|
| Energia elétrica comprada para revenda | | |
| Energia de curto prazo | 701 | 15 |
| Contratos bilaterais | - | 185 |
| Encargos de uso da rede de distribuição | 5.394 | 4.720 |
| | 6.095 | 4.920 |

15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Pessoal e administradores (a) | 969 | 1.084 |
| Materiais | 517 | 921 |
| Serviços de terceiros (b) | 13.284 | 12.522 |
| Aluguéis e arrendamentos | 60 | - |
| Depreciação e amortização | 5.511 | 4.303 |
| Outros custos e despesas operacionais líquidos | 209 | 161 |
| | 20.550 | 18.991 |

a) Pessoal e administradores

| | 2023 | 2022 |
|--|------------|--------------|
| Pessoal | | |
| Outros | | |
| Convênio de compartilhamento | 915 | 1.007 |
| | 915 | 1.007 |
| Administradores | | |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 49 | 64 |
| Participação nos resultados | - | 8 |
| Benefícios dos administradores | 5 | 5 |
| | 54 | 77 |
| TOTAL | 969 | 1.084 |

b) Serviços de terceiros

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Convênio de compartilhamento - O&M | 3.708 | 3.518 |
| Manutenção, conservação e instalações | 6.888 | 6.912 |
| Vigilância | 100 | 30 |
| Conservação e limpeza de prédios | 389 | 8 |
| Meio ambiente | 1.205 | 581 |
| Tecnologia da informação | 218 | 210 |
| Auditoria externa | 34 | 44 |
| Outros | 742 | 1.219 |
| TOTAL | 13.284 | 12.522 |

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicação financeira | 4.070 | 5.224 |
| Acréscimos moratórios de contas de energia | 37 | 136 |
| Variações monetárias - restituição a concessionárias | 105 | - |
| Outras receitas financeiras | 63 | 66 |
| | 4.275 | 5.426 |
| Despesas financeiras | | |
| Variações monetárias – Restituição a concessionárias | (92) | (1.630) |
| Juros passivo de arrendamento | (29) | (16) |
| Outras variações monetárias | - | (62) |
| Outras despesas financeiras | (27) | (62) |
| | (148) | (1.770) |
| Resultado financeiro líquido | 4.127 | 3.656 |

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| | 31/12/2023 | |
|---|------------------|---------------------|
| | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| LUCRO PRESUMIDO | | |
| Suprimento Bruto de Energia Elétrica | 45.671 | 45.671 |
| ICMS ST | (116) | (116) |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| Receita Operacional Tributada | 3.644 | 5.467 |
| Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras | 5.614 | 5.614 |
| Outras Receitas Financeiras | 61 | 61 |
| Base de Cálculo Lucro Presumido | 9.319 | 11.141 |
| Alíquota | 15% | 9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido | 1.398 | 1.003 |
| Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240) | 908 | 0 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total | 2.306 | 1.003 |
| Acerto ECF | (8) | (3) |
| Rendas de aplicações | (4.070) | (4.070) |
| Rendas de aplicações resgatadas | 5.614 | 5.614 |
| Rendas de aplicações não resgatadas | (1.544) | (1.544) |
| Alíquota | 25% | 9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas | (386) | (139) |
| Receita por competência diferida | 5.853 | 5.853 |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| Base de cálculo Lucro Presumido | 468 | 702 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência | 117 | 63 |
| Suprimento não faturado cotas | 11.196 | 11.196 |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| Base de cálculo Lucro Presumido | 896 | 1.344 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Suprimento Não Faturado | 224 | 121 |
| Amortização Custo GSF Diferido | (66) | (66) |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| Base de Cálculo | (5) | (8) |
| Alíquota | 25% | 9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF | (1) | (1) |
| Corrente | 2.298 | 1.000 |
| Diferido | (46) | (44) |

| | 2022 | |
|---|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social |
| LUCRO PRESUMIDO | | |
| Suprimento bruto de energia elétrica | 53.095 | 53.095 |
| Percentual de presunção | 8% | 12% |
| | 4.248 | 6.371 |
| Receita financeira s/resgate efetivo aplicação | 3.931 | 3.931 |
| Outras receitas financeiras | 201 | 201 |
| Base de cálculo - Lucro presumido | 8.380 | 10.503 |
| Alíquota | 15% | 9% |
| IR e CS - Lucro presumido | 1.257 | 945 |
| Adicional 10% valor superior a R\$240 | 814 | - |
| IR e CS - Lucro presumido | 2.071 | 945 |
| Rendas de aplicações não resgatadas | 1.293 | 1.293 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| IR e CS - Diferimento de rendas | 323 | 116 |
| Receita por competência diferida | 11.684 | 11.684 |
| Percentual de presunção | 8% | 12% |
| Base de cálculo Lucro Presumido | 935 | 1.402 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| IR e CS - Diferimento de receita por competência | 234 | 126 |
| Amortização custos GSF | 66 | 66 |
| Percentual de Presunção | 8% | 12% |
| Base de cálculo Lucro Presumido | 5 | 8 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| IR e CS - Diferimento de custos GSF | 1 | 1 |
| Resultado IR e CS | 2.629 | 1.188 |
| Corrente | 2.071 | 945 |
| Diferido | 558 | 243 |

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---------------------------------------|-------|------|---------|------|---------|-------|---------|------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Operações com energia elétrica | | | | | | | | |
| Cemig Distribuição | 350 | 343 | - | - | 3.008 | 3.956 | - | - |

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|-------------------------|-------|------|---------|------|---------|------|---------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Encargos | | | | | | | | |
| Encargos de transmissão | | | | | | | | |
| Cemig Distribuição | - | - | 410 | 223 | - | - | (4.432) | (3.868) |

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|-------|------|---------|------|---------|------|---------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Convênio de compartilhamento | | | | | | | | |
| Companhia Energética de Minas Gerais | - | - | - | - | - | - | (413) | - |
| Cemig Geração e Transmissão | - | - | 413 | 411 | - | - | (695) | (1.297) |
| Convênio de compartilhamento - O&M | | | | | | | | |
| Cemig Geração e Transmissão | - | - | 1.033 | 279 | - | - | (4.688) | (4.080) |

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|-----------------------------|-------|------|---------|--------|---------|------|---------|------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Dividendos | | | | | | | | |
| Cemig Geração e Transmissão | - | - | 28.830 | 19.428 | - | - | - | - |

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$28.830. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|-------------------------------|--------|--------|---------|------|---------|-------|---------|------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| FIC Pampulha | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes | 5.224 | 6.200 | - | - | - | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 11.468 | 36.787 | - | - | 486 | 2.027 | - | - |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | - | 139 | - | - | - | - | - | - |

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------------|-----------|-----------|
| Remuneração | 49 | 64 |
| Participação nos resultados | 12 | 16 |
| Previdência privada | 5 | 4 |
| Planos de saúde e odontológico | - | 1 |
| Total (1) | 66 | 85 |

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

| | Nível | 2023 | | 2022 | |
|--|-------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos | | | | | |
| Custo amortizado (1) | | | | | |
| Consumidores e revendedores | 2 | 5.501 | 5.501 | 5.255 | 5.255 |
| Investimentos temporários | 2 | 6 | 6 | 5.074 | 5.074 |
| | | 5.507 | 5.507 | 10.329 | 10.329 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras | 2 | 5.327 | 5.327 | 6.200 | 6.200 |
| Investimentos temporários | | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDBs | 2 | 1.095 | 1.095 | 4.039 | 4.039 |
| Letras Financeiras Bancos - LFs | 2 | 7.068 | 7.068 | 19.122 | 19.122 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1 | 3.187 | 3.187 | 8.480 | 8.480 |
| Debêntures | 2 | 118 | 118 | 211 | 211 |
| | | 16.677 | 16.677 | 37.841 | 37.841 |
| | | 22.184 | 22.184 | 48.170 | 48.170 |
| Passivos | | | | | |
| Custo amortizado (1) | | | | | |
| Fornecedores | 2 | (7.624) | (7.624) | (7.713) | (7.713) |
| Passivo de arrendamentos | | (370) | (370) | (98) | (98) |
| | | (7.994) | (7.994) | (7.811) | (7.811) |

- (1) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou

passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção

(*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|-----------------------------|--------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|--------------|
| - Pré-fixadas | | | | | | |
| Fornecedores | 7.574 | 50 | - | - | - | 7.624 |
| Passivo de arrendamento (*) | 8 | 8 | 92 | 299 | 212 | 619 |
| TOTAL | 7.582 | 58 | 92 | 299 | 212 | 8.243 |

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas Usinas de Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

| | Notas | 2023 | | | 2022 | | |
|--------------------------------|-------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| CIRCULANTE | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 5.380 | - | 5.380 | 6.351 | - | 6.351 |
| Investimentos temporários | 20.2 | 11.474 | (6) | 11.468 | 36.791 | (4) | 36.787 |
| Consumidores e revendedores | | 5.501 | - | 5.501 | 5.255 | - | 5.255 |
| Serviços em curso | 20.3 | - | - | - | 747 | (747) | - |
| Ativo financeiro da concessão | 20.1 | - | 23.953 | 23.953 | - | 23.124 | 23.124 |
| Tributos compensáveis | | 319 | - | 319 | 184 | - | 184 |
| Outros ativos | 20.2 | 25 | 6 | 31 | 32 | 4 | 36 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 22.699 | 23.953 | 46.652 | 49.360 | 22.377 | 71.737 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Investimentos temporários | | - | - | - | 139 | - | 139 |
| Tributos compensáveis | | 494 | - | 494 | 843 | - | 843 |
| Ativo financeiro da concessão | 20.1 | - | 176.690 | 176.690 | - | 171.572 | 171.572 |
| Imobilizado | | 52.591 | - | 52.591 | 33.767 | - | 33.767 |
| Intangível | 20.1 | 109.869 | (107.806) | 2.065 | 114.808 | (112.692) | 2.116 |
| Direito de uso | | 352 | - | 352 | 91 | - | 91 |
| Outros ativos | | 148 | - | 148 | 85 | - | 85 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 163.454 | 68.884 | 232.340 | 149.733 | 58.880 | 208.613 |
| ATIVO TOTAL | | 186.153 | 92.839 | 278.992 | 199.093 | 81.257 | 280.350 |

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

| | Notas | 2023 | | | 2022 | | |
|--|-------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| CIRCULANTE | | | | | | | |
| Fornecedores | | 7.624 | - | 7.624 | 7.713 | - | 7.713 |
| Encargos setoriais | 20.3 | 767 | - | 767 | 1.268 | (747) | 521 |
| Impostos, taxas e contribuições | | 1.598 | - | 1.598 | 1.311 | - | 1.311 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 446 | - | 446 | 506 | - | 506 |
| Dividendos a pagar | | 28.830 | - | 28.830 | 19.438 | - | 19.438 |
| Convênio de compartilhamento | | 578 | - | 578 | 576 | - | 576 |
| Passivo de arrendamentos | | 96 | - | 96 | 20 | - | 20 |
| Outras obrigações | | 2 | - | 2 | 4 | - | 4 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 39.941 | - | 39.941 | 30.836 | (747) | 30.089 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Encargos setoriais | | 289 | - | 289 | 325 | - | 325 |
| Impostos, taxas e contribuições | | 1.521 | - | 1.521 | 1.281 | - | 1.281 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 1.409 | - | 1.409 | 1.410 | - | 1.410 |
| Passivo de arrendamentos | | 274 | - | 274 | 78 | - | 78 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | 19 | - | 19 | 14.841 | - | 14.841 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 3.512 | - | 3.512 | 17.935 | - | 17.935 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 43.453 | - | 43.453 | 48.771 | (747) | 48.024 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | |
| Capital social | | 148.147 | - | 148.147 | 148.147 | - | 148.147 |
| Reservas de lucros | 20.1 | 16.221 | 71.171 | 87.392 | 2.175 | 82.004 | 84.179 |
| Prejuízos acumulados | 20.1 | (5.447) | 5.447 | - | - | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 142.700 | 92.839 | 235.539 | 150.322 | 82.004 | 232.326 |
| PASSIVO TOTAL | | 186.153 | 92.839 | 278.992 | 199.093 | 81.257 | 280.350 |

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

| | Notas | 2023 | | | 2022 | | |
|---|-------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| RECEITA | | 60.295 | 5.947 | 66.242 | 53.719 | 11.060 | 64.779 |
| Fornecimento industrial | | 8.193 | - | 8.193 | - | - | - |
| Fornecimento não faturado - Industrial | | 366 | - | 366 | - | - | - |
| Transações com energia na CCEE | | 328 | - | 328 | 2.566 | - | 2.566 |
| Suprimento Cotas - Geração própria | | 36.538 | - | 36.538 | 48.107 | - | 48.107 |
| Suprimento comercial - Geração própria | | 565 | - | 565 | 2.788 | - | 2.788 |
| Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria | | - | - | - | 477 | - | 477 |
| Suprimento não faturado - Geração própria | | (413) | - | (413) | (219) | - | (219) |
| Amortização do ativo financeiro | 20.1 | - | (24.985) | (24.985) | - | (23.289) | (23.289) |
| Atualização do ativo financeiro | 20.1 | - | 30.932 | 30.932 | - | 34.349 | 34.349 |
| PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias | | 14.718 | - | 14.718 | - | - | - |
| TRIBUTOS | | (3.822) | - | (3.822) | (2.488) | - | (2.488) |
| PIS/Pasep | | (437) | - | (437) | (420) | - | (420) |
| Cofins | | (1.794) | - | (1.794) | (1.940) | - | (1.940) |
| ICMS | | (1.591) | - | (1.591) | (128) | - | (128) |
| ENCARGOS | | (1.258) | - | (1.258) | (1.168) | - | (1.168) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (140) | - | (140) | (172) | - | (172) |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | | (186) | - | (186) | (200) | - | (200) |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | | (93) | - | (93) | (100) | - | (100) |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | | (102) | - | (102) | (7) | - | (7) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | (691) | - | (691) | (660) | - | (660) |
| CDE sobre P&D | | (46) | - | (46) | (29) | - | (29) |
| RECEITA LÍQUIDA | | 55.215 | 5.947 | 61.162 | 50.063 | 11.060 | 61.123 |
| CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS | | (6.095) | - | (6.095) | (4.920) | - | (4.920) |
| Encargos de uso da rede de distribuição | | (5.394) | - | (5.394) | (4.720) | - | (4.720) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (701) | - | (701) | (200) | - | (200) |
| RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS | | 49.120 | 5.947 | 55.067 | 45.143 | 11.060 | 56.203 |
| CUSTOS GERENCIÁVEIS | | (20.550) | 4.887 | (15.663) | (18.991) | 3.870 | (15.121) |
| Pessoal e administradores | | (969) | - | (969) | (1.084) | - | (1.084) |
| Materiais | | (517) | - | (517) | (921) | - | (921) |
| Serviços de terceiros | | (13.284) | - | (13.284) | (12.522) | - | (12.522) |
| Depreciação e amortização | 20.1 | (5.436) | 4.887 | (549) | (4.214) | 3.870 | (344) |
| Amortização direito de uso | | (75) | - | (75) | (89) | - | (89) |
| Aluguéis e arrendamentos | | (60) | - | (60) | - | - | - |
| Outros custos operacionais | | (209) | - | (209) | (161) | - | (161) |
| RESULTADO DA ATIVIDADE | | 28.570 | 10.834 | 39.404 | 26.152 | 14.930 | 41.082 |
| Resultado financeiro | | 4.127 | - | 4.127 | 3.656 | - | 3.656 |
| Receitas financeiras | | 4.275 | - | 4.275 | 5.426 | - | 5.426 |
| Despesas financeiras | | (148) | - | (148) | (1.770) | - | (1.770) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 32.697 | 10.834 | 43.531 | 29.808 | 14.930 | 44.738 |
| Despesa com tributos sobre o lucro | | (3.296) | - | (3.296) | (3.817) | - | (3.817) |
| Resultado líquido | | 29.401 | 10.834 | 40.235 | 25.991 | 14.930 | 40.921 |

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| Patrimônio líquido societário | 235.539 | 232.326 |
| Efeito dos ajustes de práticas contábeis | | |
| Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas | (4.886) | (4.194) |
| Bonificação pela outorga – Ajuste resultado | (87.953) | (77.805) |
| Operações de arrendamento mercantil | - | (5) |
| Patrimônio líquido regulatório | 142.700 | 150.322 |

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | 2023 | 2022 |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro líquido societário | 40.235 | 40.921 |
| Efeito dos ajustes de práticas contábeis | | |
| Bonificação pela outorga | (5.947) | (11.060) |
| Amortização - Ativo intangível | (4.887) | (3.870) |
| Operações de arrendamento mercantil | - | - |
| Total dos ajustes de práticas contábeis | (10.834) | (14.930) |
| Lucro líquido regulatório | 29.401 | 25.991 |

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

20.1. Bonificação pela Outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

20.2. Investimentos Temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos.

20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

21. EVENTO SUBSEQUENTE

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia de 4 PCHs/UHEs, sendo uma da Cemig GT (controladora da Companhia), uma da Companhia e outras duas de outras empresas do grupo Cemig, conforme abaixo:

| Empresa/Usina | Tipo | Início da operação | Potência instalada (MW) ¹ | Garantia física (MWm) ¹ | Vigência | Situação operacional | Local |
|----------------------------|-------------|--------------------|--------------------------------------|------------------------------------|---------------|----------------------|--------------|
| Cemig GT | | | | | | | |
| PCH Machado Mineiro | Autorização | 1992 | 1,7 | 1,1 | Maio, 2027 | Operação | Minas Gerais |
| Cemig Geração Leste | | | | | | | |
| UHE Sinceridade | Concessão | 1963 | 1,4 | 0,4 | Março, 2047 | Operação | Minas Gerais |
| Cemig Geração Sul | | | | | | | |
| UHE Marmelos | Concessão | 1915 | 4 | 2,7 | Janeiro, 2053 | Operação | Minas Gerais |
| Cemig Geração Oeste | | | | | | | |
| UHE Martins | Concessão | 1950 | 7,7 | 1,8 | Janeiro, 2053 | Operação | Minas Gerais |
| Total | | | 14,8 | 6,0 | | | |

O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 3 de julho de 2024.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico do grupo Cemig, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-SP 1SP-242451

TERMO DE RESPONSABILIDADE